

PONTO DE VISTA

- 5 Entrevista – Matriz de risco e JogoGov
Rodrigo Pironti
- 8 Administração Pública do medo –
Ninguém quer criar, pensar noutras soluções –
O novo pode dar errado e o erro é punido
severamente
Joel de Menezes Niebuhr
Pedro de Menezes Niebuhr

DOCTRINA

- 14 Nova visão sobre a formação do contrato
administrativo – Por que o contrato nasce com
a homologação, e não com a assinatura do
termo de contrato?
Renato Geraldo Mendes
- 28 Licitações e contratações diferenciadas à luz
da LC nº 123/2006 com as alterações da
LC nº 147/2014
Edgar Guimarães
- 40 Aquisição de café – Como conduzir a definição
do encargo, assegurar a competitividade e
alcançar um resultado satisfatório?
Equipe Zênite

ORIENTAÇÃO PRÁTICA

- 52 Parecer técnico – Responsabilidade do
parecerista e do gestor
- 60 Assinatura digital e a possibilidade de
utilização nos contratos administrativos
- 67 Aditivo contratual – Análise sobre a
possibilidade de efeitos retroativos
- 73 Revisão contratual – Desequilíbrio
econômico-financeiro causado por alteração
na legislação tributária
- 76 Convênios – Considerações sobre a
possibilidade de alteração das contrapartidas

PERGUNTAS E RESPOSTAS

- 83 1. Em dado registro de preços, foi indicada
a expectativa de consumo para a primeira
contratação. Diante de superveniente restrição
orçamentária, o órgão gerenciador pode
demandar quantidade inferior?
- 84 2. Qual o entendimento recente do TCU a
respeito da participação de corretoras em
licitações para contratação de seguro?

85 3. Em licitação destinada à contratação
de serviços advocatícios, a entidade pode
impedir a participação de sociedades de
advogados que patrocinem causas contra a
estatal promotora do certame?

88 4. Diante da necessidade de instaurar
licitação para contratação no início do ano
civil seguinte ou prorrogar prazo de vigência
contratual com vencimento no início do ano
civil seguinte, sem que exista orçamento
público aprovado, qual o procedimento a ser
adotado?

91 5. Em contrato de terceirização de serviços,
é possível reajustar o componente de custo
“equipamento”, cuja vida útil seja superior a
12 meses?

93 6. Como formalizar a realização de
pagamentos devidos após o término da
vigência do contrato? Deverão ocorrer a título
indenizatório?

96 7. Em contratações de pequena complexidade
e baixo custo e fundamentadas no art. 24,
inc. II, para as quais não haja a necessidade
de formalização de instrumento contratual,
é possível dispensar a habilitação jurídica
exigida no art. 28 da Lei de Licitações?

98 8. Em licitação realizada para vários itens,
cujo critério foi o de menor preço por item, é
possível que as empresas vencedoras tenham
sócios com relação de parentesco?

99 9. Ao adotarem o pregão nos termos da Lei nº
13.303/2016, as estatais deverão observar o
procedimento da Lei nº 10.520/2002?

101 10. As entidades do Sistema S devem realizar
licitação para as contratações de patrocínio?

103 JURISPRUDÊNCIA

111 TRIBUNAIS DE CONTAS

118 LEGISLAÇÃO

119 BLOG ZÊNITE